

**TEORIA DA DEPENDÊNCIA: UM ESTUDO DA INTERLOCUÇÃO DOS
PENSAMENTOS DE RUY MAURO MARINI COM A REALIDADE EMPÍRICA
BRASILEIRA**

Handerson Leonidas Sales¹

Alexandre Teixeira Norberto Batista²

Carlos Renato Theóphilo³

Resumo: Ruy Mauro Marini, um dos estudiosos na construção da Teoria da Dependência, sustenta a afirmação da existência de uma subordinação entre nações, alimentada para assegurar e manter a condição de dependência dos países periféricos em relação aos países centrais. O presente trabalho tem como objetivo discutir a abordagem da Teoria da Dependência, segundo os pensamentos de Ruy Mauro Marini, dentro do contexto brasileiro. Caracteriza-se como pesquisa teórico-empírica, por analisar fontes de dados secundários registrados pela balança comercial brasileira e em 416 corporações de diferentes setores econômicos do Brasil, referentes à distribuição de riqueza aos empregados, no período de 1999 a 2003, comparados com os do Reino Unido. O resultado obtido aproxima-se da proposição firmada pela Teoria da Dependência quanto à superexploração do trabalho. Quando comparados, o Brasil e o Reino Unido, pela distribuição de riqueza das suas corporações, reafirma-se o ciclo do capital de economia dependente no Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Capitalismo; Teoria da Dependência.

DEPENDENCE THEORY: A STUDY ON THE INTERLOCATION OF RUY MAURO MARINI'S
THOUGHTS WITH BRAZILIAN EMPIRIC REALITY

Abstract: Ruy Mauro Marini, one of the students in the construction of The Dependency Theory, supports the proposition of a subordination among nations, fed to ensure and to maintain the condition of dependence of the periphery countries as far as the central countries are concerned. This work objectives to discuss the approach of The Dependency Theory, according to the thoughts of Ruy Mauro Marini, within the Brazilian context. It is characterized as an empirical-analytical research, for analyzing secondary data from the Brazilian trade balance and from 416 corporations of different sectors of Brazil. Its data, concerning the distribution of wealth among employees, refers to the period from 1999 to 2003, compared to the United

¹ Universidade Estadual de Montes Claros; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – Doutorado. E-mail: handerson.leonidas@hotmail.com.

² Universidade Federal de Minas Gerais; Instituto de Ciências Agrárias. E-mail: alexandretnb@yahoo.com.br.

³ Universidade Estadual de Montes Claros; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. E-mail: crtheophilo@uol.com.br.

Kingdom's. The result approaches to the proposition of the Dependency Theory about labor overexploitation when comparing Brazil to the United Kingdom for the distribution of wealth of its corporations and it reaffirms the cycle of dependent economy capital in Brazil.

Keywords: Development; Capitalism; Dependency Theory.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento socioeconômico dos países da América Latina apresenta características históricas peculiares e divergentes dos denominados países centrais⁴, a começar pelo processo de colonização da América Latina pelos países europeus, fato concomitante com o ensaio dos primeiros passos da Europa em direção à industrialização fortalecido pelo modelo de reprodução e acumulação de capital.

O processo de industrialização no Brasil ocorreu em meio a uma relação capitalista insuficiente para o seu desenvolvimento econômico e de subordinação aos hegemônicos países centrais. Assim como os demais países da América Latina as crises políticas e econômicas nesses países se estendiam por longas décadas. Ao final da década de 1960 estudiosos como Ruy Mauro Marini⁵ e Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra dentre outros, aprofundaram suas análises sobre a realidade da América Latina, inclusive o Brasil, tendo como base epistemológica teses neomarxistas, a fim de encontrar as razões que levavam esses países a se manterem em condições socioeconômicas desiguais aos países centrais.

Marini, dentre um conjunto de trabalhos e pesquisas realizadas, apresentou a obra denominada *Dialética da Dependência* (1976), fundamentada na Teoria Marxista da Dependência, sustentando a afirmação da existência de uma subordinação entre nações independentes, alimentada ou recriada para manter uma condição hierárquica nas relações de reprodução e acumulação do capital entre países periféricos e centrais.

Pela análise de Marini (1976), essa condição de dependência se manterá, seja pela ausência de compreensão, seja pela falta de enfrentamento das causas da sua origem existente na divisão social do trabalho. Descreve ainda, nessa obra, as relações

⁴ Para Marini, são considerados países centrais aqueles industrialmente avançados, enquanto periféricos são os que integram a América Latina (NASCIMENTO, 2013).

⁵ Ruy Mauro Marini tornou-se professor da UNB em 1963, lecionando a disciplina de Ciência e Teoria Política. É considerado um dos brilhantes intelectuais da América Latina. Sua produção teórica alcança dimensões de grande relevância e se relaciona com sua atividade de militância. Nascido em 1932, em Barbacena, Minas Gerais, Brasil, foi exilado para o México em 1965; para o Chile, em 1969; retornando ao México em 1974; e regressou ao Brasil em 1996, vindo a falecer em sua terra natal em 1997. (MARINI, 19--).

dessas causalidades, demonstrando que, em função da estrutura global e do funcionamento dessa situação, o Brasil tende a permanecer numa relação capitalista sem autonomia, que o prejudica o seu crescimento socioeconômico.

O tema da dependência tomou dimensões de grandes amplitude e relevância, sendo debatido por vários estudiosos no mundo, inclusive nos trabalhos realizados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), como exposto por Mantega (1997). Dentre os diversos estudos relevantes, pode-se destacar, mais recentemente, os de Martins (2011), que apresenta uma reflexão da dependência para o século XXI; de Lucia Cáceres (2012), que abordou o subdesenvolvimento e o desenvolvimento dependente dos países da América Latina; e o de Silva e Paraná (2017), que investigaram as correspondências teórico-conceituais entre pensamento histórico-estrutural da Cepal e a Teoria Marxista da Dependência.

O presente trabalho contribui em relação aos estudos anteriores por acrescer à discussão dados empíricos relacionando valor adicionado com a teoria da dependência. Tem como objetivo analisar elementos empíricos à luz da abordagem da Teoria da Dependência, no contexto brasileiro, segundo os pensamentos de Ruy Mauro Marini. O pressuposto é que a realidade brasileira possa ser ainda caracterizada com sinais de dependência, a partir de uma lógica empírica, promovida nas relações capitalistas, que tenha por dinâmica o meio de produção, a força de trabalho e o mercado mundial.

Para isso, tornou-se apropriado fazer uma comparação entre o Brasil e o Reino Unido, no que diz respeito à proporção de riqueza gerada por amostras de empresas de ambos os países e distribuída entre as classes envolvidas, sob a luz da dialética da Teoria da Dependência.

O Reino Unido foi o precursor da Revolução Industrial, representando, portanto, um conjunto de países de vivência histórica amadurecida no capitalismo. Além disso, desde o período pós-colonial, o Reino Unido sempre esteve presente nas relações comerciais com o Brasil, justificando, assim, a escolha comparativa para este estudo.

A análise empírica será desenvolvida a partir de dados oriundos da Demonstração de Valor Adicionado (DVA), demonstração contábil que evidencia a riqueza criada pelas empresas e a distribuição dessa riqueza aos seus grupos de interesse: empregados, governo, financiados, acionistas etc. O demonstrativo apoia-se em uma abordagem social-empresarial da Contabilidade, segundo a qual as informações

financeiras são um bem público e devem atender a todos os grupos nela interessados e não privilegiar apenas alguns deles (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Esta pesquisa tem como base teórica a discussão da dialética da dependência, segundo Marini, a qual foi, inicialmente, realizada sob o recorte de 1950 a 1964. Caracteriza-se como pesquisa teórico-empírica, por analisar e decodificar fontes de dados secundários, decorrentes das Demonstrações de Valor Adicionado (DVA) de 416 corporações, pertencentes a diferentes setores econômicos do Brasil, e dados da balança comercial brasileira com o Reino Unido. Os dados extraídos dos demonstrativos referem-se à distribuição da riqueza gerada por essas corporações no período de 1999 a 2003, e foram coletados, em segunda mão, no trabalho de Cunha, Ribeiro e Santos (2005). Assim, para atender ao pressuposto, foi feita a comparação com dados de mesma natureza, extraídos de 409 corporações do Reino Unido, referentes ao mesmo período, e colhidos, também em segunda mão, no estudo de Pong e Mitchell (2005). O período escolhido justifica-se pela interseção de dados disponíveis das DVA do Brasil e o Reino Unido, viabilizando a comparação pretendida.

Lógica da dependência e sua centralidade

Inicialmente, o presente estudo busca explicar, pela abordagem de Ruy Mauro Marini, como funciona a lógica do fenômeno das relações de subordinação e dependência dos países em desenvolvimento com os países centrais, suas origens, características e seus reflexos no desenvolvimento dos países da América Latina.

A Teoria da Dependência, tratada na obra *Dialética da Dependência* (1976), oferece a oportunidade de se perceber uma perspectiva do quadro do capitalismo empreendido nos países da América Latina, apresentado por Marini. Na estrutura de sua análise, o autor identifica fatores que levaram esses países a configurarem um capitalismo fundamentado na dependência dos países centrais, a começar pela acumulação de capital, baseada na capacidade produtiva do trabalho, fundada na superexploração do trabalhador. Essa dependência, na América Latina, é lastreada, ainda, pelos aspectos de intercâmbio desigual e pela industrialização com rompimento entre a estrutura produtiva e a capacidade de consumo.

Por outro lado, os países centrais, com os quais os países periféricos estabelecem relações de dependência, ante os ciclos de crises econômicas mundiais, possuem capacidade de retornarem, em curto prazo, à estabilidade econômica. São estruturados por um processo de industrialização de elevada tecnologia e possuem o domínio do mercado internacional, com capacidade de fomentar uma economia forte e acumular riqueza.

Marini (1976) apresenta outra realidade de como se encontram os países periféricos, os quais, segundo seu entendimento, não constituíram, ao longo da sua história, uma configuração capaz de refletir as características dos países centrais. Essa realidade se configurou a partir do início das relações comerciais estabelecidas por esses países, as quais reforçaram o capitalismo dos países centrais em detrimento do próprio crescimento.

Dessa forma, os países da América Latina mantiveram, desde as origens de suas relações comerciais, o fornecimento de produtos primários, como matéria-prima necessária para a produção das indústrias dos países centrais⁶. Nesse sentido Marini exemplifica:

No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente em sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, mas, sobretudo, no XVIII, graças à coincidência entre a descoberta do ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), só no curso do século XIX e, especificamente, depois de 1840 sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente (MARINI,1976, p. 12).

Nesse sentido, sobretudo na relação com a Inglaterra (TESOURO NACIONAL, 2018), ainda são comprados produtos primários de baixo valor agregado e exportam-se, para os países periféricos, produtos manufaturados. Tal relação comercial, extensiva a

⁶“As economias dominadas pelo imperialismo deixaram de ser localmente autossuficientes e passaram a concentrar-se na produção de matérias-primas e alimentos destinados aos países capitalistas adiantados, tornando-se, muitas vezes, precariamente dependentes de uma monocultura. Por outro lado, tornaram-se mercados para produtos manufaturados, exportados pelos países capitalistas adiantados” (BOTTOMORE, 1983, p. 559).

outros países, pode gerar *deficit* na balança comercial e, conseqüentemente, o estabelecimento de contratos de financiamento externo.

Para Marini (1976), essa dependência está apoiada em três pilares, que sustentam a estrutura de um capitalismo insuficiente para o desenvolvimento econômico não só do Brasil, mas também de todos os países da América Latina. Esses três elementos: o intercâmbio desigual, a superexploração do trabalho e o processo de industrialização com cisão no ciclo do capital, contribuem para transferência de parte da mais-valia da periferia para o centro.

O intercâmbio desigual se configura quando ocorre diferença de valor entre os produtos em negociação de exportação e importação; diferença que pode ser justificada no fato de um país contar com condições mais favoráveis que outro para fabricar o produto em referência, ou seja, país com “com maior composição orgânica do capital em relação à média do seu setor e de outros setores de produção” (CARCANHOLO, 2013, p.83) ou no monopólio tecnológico, o qual oportuniza preços elevados sempre que não houver concorrência que o impossibilite de aplicá-los. Essa configuração causa uma deterioração dos termos de intercâmbio

A consequência do intercâmbio⁷ desigual é a emissão de divisas pelos países periféricos para os centrais. Como os países menos favorecidos pelo intercâmbio desigual, ou com menor produtividade de trabalho, não conseguem corrigir essa diferença entre os preços, a ponto de conseguir compensar o *deficit* ocorrido no comércio internacional, são forçados a buscar meios de compensá-la. Foi assim que o caminho encontrado pelos capitalistas dos países periféricos levou à prática da superexploração do trabalho. O Brasil, por sua vez, ao longo da sua história, estabeleceu relações internacionais com alto grau de endividamento externo, com proporções maiores do que as observadas em países industrializados. Como consequência desse ato, observa-se que o envio de valores para o exterior prejudica a acumulação de riquezas, tornando o país economicamente insuficiente para produzir o seu desenvolvimento. A continuidade desse cenário contribui para que a dependência se

⁷ Sodré (1964) esclarece que, a partir da década de 1860, os saldos da balança comercial se tornaram cada vez mais importantes, e os serviços da dívida externa aumentaram: de 50% sobre esse saldo, nos anos sessenta, subiu para 99% na década seguinte.

mantenha. Esse fato se coaduna com crítica de Frank (1969) em que, nesse cenário, se fomenta o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

O intuito, ou a coincidência, dessa relação de intercâmbio e de transferência de valor é extrair o excedente gerado na produção dos países em desenvolvimento para alocá-lo nos países desenvolvidos. Sobre esses aspectos “a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, do ponto de vista do capitalista que opera a nação desfavorecida, como uma baixa da taxa de mais-valia” (MARINI, 1976, p. 25). Essa transferência aumenta a mais-valia e, conseqüentemente, o lucro do país favorecido, ou daquele com maior produtividade, na relação comercial.

Outro pilar da dependência é a superexploração do trabalho, a qual se dá pela busca de maiores resultados das empresas nos países periféricos, em função do aumento da mais-valia absoluta e não pela mais-valia relativa, como nos países centrais. Para uma melhor compreensão dessa dinâmica exposta por Marini (1976), entende-se necessário apresentar os esclarecimentos de Marx:

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. (MARX, 1985, p. 251)

Pela abordagem marxista, o aumento do tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário gera a mais-valia relativa, que, de fato, conduz à acumulação de riqueza⁸.

Em *Dialéctica da Dependência* (1976), Marini expõe os mecanismos como fundados para uma maior exploração do trabalho, em congruência com a situação dos países da América Latina:

[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua

⁸ “Quando a extração da mais-valia absoluta atinge seus limites, a alternativa para o aumento do valor total do que cada trabalhador produz é dividir a mesma quantidade em proporções mais favoráveis ao capital, ou seja, manter a mesma duração da jornada de trabalho e redividi-la, de modo a obter mais mais-valia a ser apropriada pelo capital. Isso exige a redução do tempo de trabalho necessário, ou seja, uma redução no valor da força de trabalho.” (BOTTOMORE, 1983, p. 363).

força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. (MARINI,1976, p. 28)

Retira-se, portanto, do trabalhador as condições necessárias para que ele restabeleça suas energias perdidas durante a jornada de trabalho, e o conduz a aplicar sua força de trabalho além do aceitável em condições normais, sem que haja reposição da exaustão ao final do dia. Tais condições, aliadas aos baixos salários, no Brasil, caracterizam a superexploração do trabalho.

Marini (1976) ainda destaca que a superexploração se sustenta em função da disponibilidade de mão de obra sem obstáculo, cujas raízes são históricas no país. Quando o Brasil declarou a abolição da escravidão, em 1888, iniciou-se um processo gradual de implantação do trabalho livre, com o incentivo à imigração. Com a população de desempregados nos países europeus, os imigrantes passaram a ser mão de obra barata e suficiente para movimentar as lavouras brasileiras. Nessa transição de mão de obra, teve início, o capitalismo no Brasil, sob um sistema misto de servidão e trabalho, e desenvolveu-se uma economia de inserção e de relações comerciais no mercado mundial.

O último pilar da dependência é o processo de industrialização com cisão no ciclo de capital, sobretudo da América Latina. A formação que configura a industrialização dos países da América Latina foi se constituindo sobre bases peculiares de exploração da força de trabalho e de intercâmbio comercial, vinculados a um eixo de articulação com os países industrialmente adiantados. Assim configurada, a produção do Brasil e demais países da América Latina não foi absorvida suficientemente por sua capacidade interna de consumo. O ciclo do capital desses países se expandiu, obrigatoriamente, em função do mercado internacional, contrapondo-se ao regime de produção capitalista, em que o trabalhador assalariado é um importante elemento no mercado consumidor, no entendimento de Luce:

O capitalismo consolida-se na Europa com a produção para o mercado interno. Na América Latina, surge para atender às necessidades do capitalismo europeu, cuja Revolução Industrial passava a demandar

suprimentos abundantes de matérias-primas e alimentos baratos. (LUCE, 2018, p. 87)

Dessa forma, “a circulação do capital dos países latino-americanos se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo” (SADER, 2000, p. 134), ou seja, a capacidade de consumo da força de trabalho não é capaz de estimular a produção do país. O processo industrial foi estruturado para se submeter às condições estabelecidas pela demanda de um mercado externo. A consequência desse sistema capitalista interno de submissão reforça a acumulação da riqueza nos países centrais, que absorvem a transferência do trabalho excedente gerado pela superexploração dos países periféricos. Na dinâmica desse sistema capitalista é que se evidencia a centralidade da dependência dos países latino-americanos em desenvolvimento.

Dentro de um modo capitalista de produção dependente da economia exportadora, essa formação social é expandida pelas relações que transcendem a economia e invadem outras áreas da sociedade, como a política e a burguesia, pela forma como o processo de industrialização ocorreu. As políticas incentivadoras da entrada de capital estrangeiro, adotadas pelos governos do Brasil, após o último mandato de Getúlio Vargas, reforçaram, sem precedentes, a influência dos países centrais, os quais contribuíram para o fomento do processo de industrialização do país e, de forma inerente a esse acontecimento, influenciaram a classe dominante. O capital estrangeiro começava a controlar a economia e o cenário político, passando as classes dominantes à condição de classe dominante dominada, na compreensão de Bamberger (2012).

A influência da relação internacional, nessa circunstância, tomou força com a crise econômica mundial advinda do período pós-primeira guerra mundial, visto que, naquele período, a produção atendia a exportação das demandas dos países centrais, fomentando a economia industrial do Brasil.

Marini assim descreve o ambiente da ascensão da industrialização dos países sob subordinação dos centrais:

A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, antes nasce para responder a uma procura

já formada e estruturar-se-á em função das exigências de mercado, oriundas dos países avançados. (MARINI,1976, p. 45)

O aumento da demanda externa, sobretudo com as políticas de abertura ao capital estrangeiro na década de 1950⁹, apenas reforçou, em função do mercado mundial, a circulação de mercadorias. A demanda por produtos luxuosos ocorria, nessa época, apenas pela classe alta. Para que houvesse demanda suficiente para o consumo desses produtos, seria necessário que esses bens fossem acessíveis ao mercado popular. Isso, contudo, não seria possível em uma sociedade de concentração de renda, baseada na superexploração do trabalho, sem capacidade de consumo.

Logo, a industrialização, através de uma política de substituição de importação, como proposto pelos desenvolvimentistas¹⁰, se confrontava com esse desafio, ou seja, uma relação de baixa capacidade de compra dos proletariados, além das políticas de proteção alfandegárias de produtos suntuosos. Novamente, o caminho de circulação do capital tornava-se de difícil trânsito nacional pela ausência de um mercado interno, haja vista que as mercadorias não são elementos de consumo individual da força de trabalho.

Uma forma de aumentar a produtividade, mitigando a superexploração do trabalho, seria o uso da tecnologia. O capital estrangeiro, diante das oportunidades de investimentos, com políticas incentivadoras e subsídios do governo brasileiro, foi, a partir da década de 1950, como já mencionado, transferido como recurso, contribuindo para que a industrialização do país ascendesse. Todavia, também exportou para os países da América Latina bens de capital obsoletos, já amortizados completamente pela produção das indústrias dos países centrais. A estratégia consistia, ainda, em manter, nos países centrais, alta tecnologia, para o monopólio e permanência do *know-how* tecnológico.

⁹ Abertura estabelecida sob a vigência da Instrução n. 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito, “combinada com a Lei 2.145/54, isto é, de 1955 a 1961, o montante total de capitais estrangeiros, que sob a forma de financiamentos ou investimentos diretos entraram no país, foi cerca de 2.300 milhões de dólares” (SADER, 2000, p. 19).

¹⁰ Defensores das “políticas ligadas ao desenvolvimentismo concentram sua atenção nas questões relativas à taxa de investimentos, ao financiamento externo e à mobilização da poupança interna. São menosprezadas pela teoria as questões relativas à distribuição da renda, concentração regional da atividade econômica, condições institucionais, sociais, políticas e culturais que influem sobre o desenvolvimento.”(SANDRONI, 1999, p. 169).

Mais uma vez as decisões tomadas no Brasil foram sustentadas por justificativas que não modificavam o cenário de dependência. Adotar tecnologias obsoletas, com o propósito de oferecer mais emprego, representou um equívoco no sentido de não se alterar o consumo popular, que continuou com baixo poder de compra de produtos de luxo, tais como automóveis e sofisticados aparelhos eletrodomésticos (MARINI, 1976).

A classe com possibilidade de consumir esses produtos, no caso a que vive da mais-valia, não representa o mesmo volume de consumo em massa como o da classe operária. Nem mesmo a intervenção do Estado, com subvenções para que esses produtos pudessem ser consumidos pelos trabalhadores, foi efetiva, pois trouxe como consequência o aumento da inflação, que contribuiu para que a classe operária não atingisse o poder de compra dos bens subsidiados pelo Estado (MARINI, 1976).

Dessa forma, o aumento de consumo, pelo poder de compra da força do trabalho, tornou-se condição necessária para que o capitalismo autônomo pudesse expandir. As indústrias, tanto do segmento de produtos luxuosos e de bens de capital, que atendem ao mercado desses produtos, quanto as que atendem aos produtos de consumo sofrem, ainda, perdas com a circulação de capital dos países em desenvolvimento, alimentando a condição de dependência de transferência de recursos de capital dos países centrais e a necessidade de se ater a elevadas reservas.

Pelo que se pode observar, a Teoria da Dependência conseguiu demonstrar a realidade do desenvolvimento econômico dos países periféricos, como os da América Latina, em outra perspectiva, fundamentada em bases marxistas, a qual permitiu enxergar uma efetiva dependência, que se tornou condição *sine qua non* para o funcionamento do capitalismo desses países. As políticas e diretrizes econômicas adotadas nos países latino-americanos, incluindo o Brasil, reforçam esse cenário há mais de um século, levando-os a uma condição de submissão ao imperialismo¹¹.

Análise indutiva da realidade empírica da dependência do Brasil

¹¹ “Lo que así se planteó fue la expansión imperialista de Brasil en Latinoamérica, que corresponde en verdad a un subimperialismo o a una extensión indirecta del imperialismo norteamericano (no olvidemos que el centro de un imperialismo tal sería una economía brasileña integrada a la norteamericana)” (MARINI, 1974, p. 76).

O estudo apresentado por Marini, baseado em abordagem com fundo metodológico marxista, segue o rigor de um ensaio com ênfase na totalidade, visando esclarecer os fatos sociais em uma concepção materialista e dialética da história.

Com o propósito de analisar empiricamente a composição da Teoria da Dependência na realidade brasileira, o presente estudo procurou, em sua abordagem, seguir o método utilizado por Marini, partindo da esfera da circulação do capital para a produção.

Visando esse propósito, inicialmente, buscou-se realizar uma comparação entre os padrões distributivos para as classes operárias do Brasil e do Reino Unido, do valor agregado gerado por companhias nacionais, através de dados divulgados nos seus relatórios contábeis. Ou seja, através da proporção de distribuição da riqueza gerada aos operários, pelas corporações dessas nações, seria possível verificar o caráter que assume, na economia dependente, a desigualdade de produção de mais-valia e o aumento da produtividade, fruto da superexploração.

Essas relações podem ser analisadas por meio da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é a demonstração contábil que evidencia a riqueza criada pela empresa e a distribuição dessa riqueza às classes que contribuíram para sua criação, quais sejam: Operária, Financiadores, Empresários e o Governo.

A divulgação de informações desse cunho pelas empresas, agora à disposição dos interessados e em nível da firma, que outrora era restrita apenas aos detentores do capital, decorreu da necessidade de maior transparência em suas ações, requisitada pelas demais classes, principalmente dos trabalhadores. A DVA foi incorporada por grandes empresas britânicas, inicialmente de forma voluntária em seus relatórios anuais, a partir de meados dos anos 1970 (MORLEY, 1979) e, no Brasil, a partir dos anos 1980¹².

¹² No Brasil, a adoção da DVA como um instrumento de análise tem seu pioneirismo com estudos e pesquisas realizadas no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA-USP, a partir dos anos 1980 (TINOCO, 1984; DE LUCA, 1996; SANTOS, 1999). Atualmente, a sua divulgação é compulsória, orientada pela Lei n. 11.638/2007, que institui às empresas de grande porte a elaboração e divulgação da DVA. Nesse sentido, o Brasil e alguns países da Europa estão à frente de boa parte dos demais países do mundo, que não realizam esta publicação, como os Estados Unidos, por valorizarem o conteúdo informacional e a importância da DVA, que presta esclarecimentos de interesse não apenas dos empresários, publicando-a para as partes interessadas.

Dentre os estudos motivados pelo potencial informativo da DVA, destaca-se o estudo de Cunha, Ribeiro e Santos (2005), o qual objetivou avaliar a distribuição da riqueza gerada aos agentes econômicos no Brasil, de 1999 a 2003, a partir de informações contidas nas DVA de 416 empresas. Foi constatado por esses autores ser o governo responsável pela maior fatia de distribuição no período, por meio dos impostos recolhidos, com exceção do ano de 1999, quando os financiadores externos ficaram com a maior parte, em função dos juros pagos ao capital. Um estudo recente mostra que esse padrão, marcado pela supremacia do governo, seguido do capital, na repartição do Valor Adicionado, ainda persiste no cenário econômico brasileiro (BATISTA, 2018). Além disso, com enfoque nos trabalhadores, Cunha, Ribeiro e Santos (2005) apuraram a existência de uma relação negativa entre o número de empregados contratados e a evolução das despesas com estes, ou seja, à medida que as contratações aumentaram, as despesas com salários não evoluíram em mesma proporção. Essa mesma relação (negativa) foi apurada entre a variação do valor adicionado total e o valor distribuído aos trabalhadores.

Diante da situação brasileira apontada, a fim de verificar indícios empíricos da superexploração do trabalhador existentes nos países periféricos, faz-se pertinente contrastar os padrões apurados com os perfis de distribuição de países centrais, como os do Reino Unido, onde também se encontram dados da DVA, identificando discrepâncias nos padrões distributivos da renda. Por meio do mesmo objeto de análise dos autores citados anteriormente, Pong e Mitchell (2005), em uma análise longitudinal de 1994 a 2003, avaliaram a distribuição do Valor Adicionado no Reino Unido, a partir de uma amostra de 409 empresas selecionadas, com dados disponíveis em todos os anos pesquisados. Os resultados constatados diferiram dos padrões vigentes no Brasil, principalmente no que concerne à parcela direcionada aos trabalhadores, fato que respalda a Teoria apresentada. Para melhor visualizar e comparar os padrões distributivos entre os países em análise, os dados das duas pesquisas, retirados dos anos de 1999 a 2003, são apresentados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Distribuição em % do Valor Adicionado* no Reino Unido e no Brasil, 1999-2003

<i>Amostra: 409 empresas do Reino Unido e 416 empresas do Brasil</i>										
Ano	% para Empregados		% para Governo		% para Financiadores		% para Acionistas		% Lucros Retidos	
	UK	BR	UK	BR	UK	BR	UK	BR	UK	BR
1999	74,9	20,1	7,6	37,0	7,4	38,7	11,6	4,7	-1,4	-0,5
2000	78,7	18,6	8,0	44,4	9,6	18,9	9,9	8,1	-6,2	10,0
2001	72,0	16,5	6,9	42,2	5,2	26,0	9,9	7,6	6,6	6,7
2002	78,4	15,4	7,0	41,2	7,9	40,5	10,3	4,9	-3,4	-2,0
2003	93,4	14,9	5,1	48,5	9,1	15,6	10,4	8,4	-17,9	12,6
Média	79,5	17,1	6,9	42,7	7,8	27,9	10,4	6,7	-4,5	5,4

*O Valor Adicionado disponível para distribuição no Brasil é líquido da depreciação. Sendo assim, os dados de Pong e Mitchell (2005) foram adaptados para se assemelham à norma brasileira, subtraindo-se a depreciação do VA, e apurando os novos percentuais para os beneficiários da sua repartição.

Fonte: Adaptada de Pong e Mitchell (2005) e Cunha, Ribeiro e Santos (2005).

Como demonstra a Tabela 1, a discrepância da distribuição do valor agregado aos empregados no Reino Unido comparada com o Brasil é perceptível, com médias de 79,5% e 17,1%, respectivamente, deduzindo-se que essa relação seja marcada pela superexploração brasileira do trabalho. Há de se ressaltar que boa parte do valor agregado é transferida aos financiadores (capital de terceiros) via pagamento de juros de dívidas, substancialmente maior, se comparada com os países britânicos (7,8% e 27,9%, em média do período).

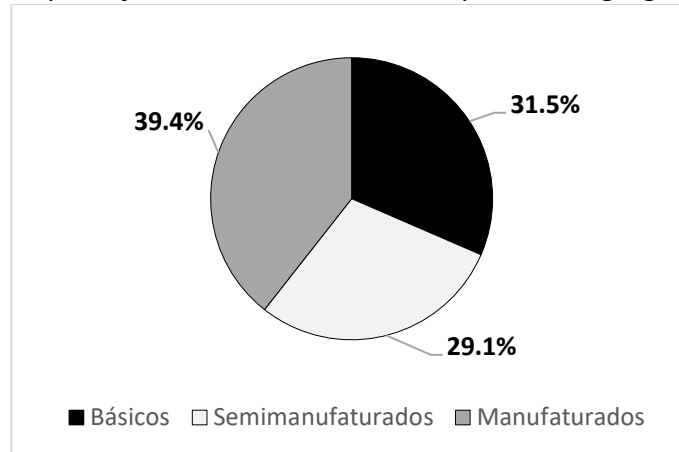
Ainda há de se destacar a destinação do valor agregado ao governo brasileiro na forma de impostos, que mantém a supremacia na repartição total da renda gerada, conforme a amostra dessas empresas. A destinação ao governo, no Brasil, foi de, aproximadamente, 42,7% na média do período analisado, mantendo-se nesse patamar nos dias atuais, acompanhado de uma forte ascensão da destinação aos financiadores, em vista da crise política, econômica e financeira que sonda o país, com início na década vigente, marcada por endividamento acentuado das empresas brasileiras (BATISTA, 2018). Em tese, a arrecadação pública deveria ser devolvida no formato de benefícios prestados pelo Estado à população. Entretanto, no Brasil, 40,9% do orçamento público é destinado ao pagamento dos juros e a amortizações da dívida pública, inclusa, também, a amortização da dívida externa (TESOURO NACIONAL, 2018). Com base nessa evidência, entende-se que a exploração do fator trabalho se acentua ainda mais, pois se vê que a transferência de recursos para o exterior dá-se, também, a partir da transferência da mais-valia do Brasil para os países centrais, claramente evidenciada na

arrecadação pública, que impacta as empresas com elevada carga tributária, ao contrário do Reino Unido, onde essa destinação ficou na média de 6,9%.

Os acionistas brasileiros também sofrem os reflexos do cenário de dependência. Formados, em parte, pela burguesia nacional, como sócios minoritários, se veem dominados pela classe dominante dos países centrais. Com participações minoritárias, esses acionistas assistem à transferência da parte majoritária do lucro para o exterior, rompendo o ciclo do capital, o que pode levar a um insuficiente processo de acumulação de riqueza do capitalismo no país. Esse quadro é ratificado pela afirmação de Marini: “a presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização e inclusive na produção dos países dependentes, assim como nos serviços básicos, atua no sentido de transferir parte dos lucros obtidos ali para os países industriais” (SADER, 2000, p.157). Outro elemento que exemplifica o ciclo do capital com acumulação do lucro nos países centrais observado pode ser evidenciado pela elevada proporção de distribuição do valor agregado aos acionistas dos países do Reino Unido em comparação com os do Brasil, que foi na média de 10, 4% e 6,7% respectivamente, no período analisado de 1999 a 2003

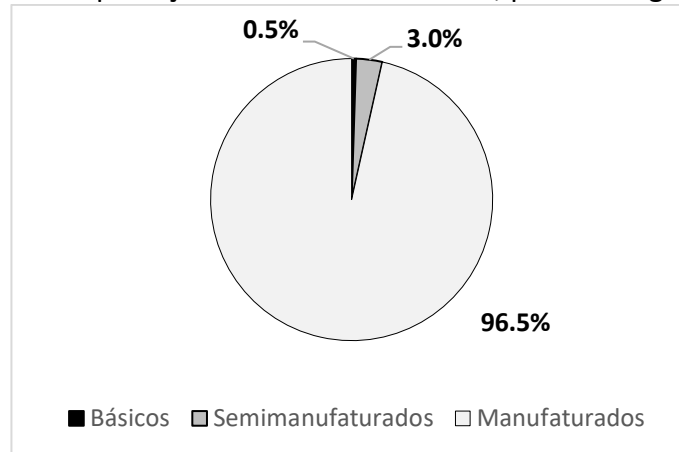
A Teoria da Dependência enfoca também a balança comercial, no sentido de que os países em desenvolvimento fornecem produtos primários e importam produtos com elevado valor agregado. Em vista dessa predição, fez-se pertinente, neste estudo, analisar as relações atuais de importação e exportação entre os países que estão sendo comparados. O resultado da análise dessas relações pode ser identificado nos gráficos 1 e 2:

Gráfico 1: Exportações Brasil – Reino Unido, por fator agregado em 2015



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2016).

Gráfico 2: Importações Brasil – Reino Unido, por fator agregado em 2015



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2016).

Ao somar a exportação dos produtos básicos, de 31,5%, com os semimanufaturados, de 29,1%, verifica-se que, majoritariamente, ou seja, 60,6% das exportações brasileiras para o Reino Unido são produtos com valor agregado inferior à exportação dos produtos manufaturados (39,4%), segundo o Ministério das Relações Exteriores (2016).

Vê-se, no Gráfico 2, que os produtos manufaturados representam a quase totalidade das importações procedentes do Reino Unido (96,5%). Apesar da troca desigual de produtos com diferentes valores agregados entre os países observados, o Ministério das Relações Exteriores (2016) apontou que o saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil, registrando *superavit* de US\$ 107 milhões, em 2015.

O que ocorreu nessa relação de intercâmbio foi a busca por uma compensação da troca desigual, com um esforço de aumentar a capacidade de fornecimento dos produtos básicos e semimanufaturados. Esse esforço poderia ocorrer com o aumento

da capacidade produtiva. Todavia, na impossibilidade do aumento da mais-valia relativa, entende-se que “as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas compensar a perda de receitas geradas através de uma maior exploração do trabalho” (MARINI, 1976, p. 25). Nesse sentido, a compensação da balança comercial pode ser associada à transferência de valor na forma de mais-valia, a qual, tratando-se da exportação de produtos básicos e semimanufaturados, proporcionará um maior incremento na taxa de mais-valia relativa e na taxa de lucro dos países do Reino Unido.

Diante dessas exposições realizadas, pode-se verificar a presença de elementos ratificadores da Teoria da Dependência nas relações que ocorrem entre o Reino Unido e o Brasil. Ressalta-se, entretanto, que tal verificação não pode ter caráter de dedução generalizada, caracterizando-se somente como peculiar às unidades de observação deste estudo.

Os estudos e as análises neste trabalho apontaram elementos, extraídos da realidade empírica, que tornam possível a aceitação do relevante pressuposto outrora apresentado, isto é: a projeção desproporcional da mais-valia extraordinária, assumida no sistema dependente, resulta da superexploração do trabalho, que leva ao estrangulamento da capacidade de produção. Ao acompanhar o ciclo de capital, que parte da mais-valia até a sua apropriação pelo lucro, e realizar comparações entre as duas realidades dos países observados, ficou evidente a discrepância existente na distribuição de valor agregado ao empregado.

A superexploração dos países dependentes não permite que o empregado seja fomentador do mercado de consumo interno. Esse sistema exige, portanto, que a circulação do capital seja dependente dos países centrais ao buscar a alternativa do mercado externo, submetido a um câmbio desigual. Com isso, a mais-valia do país dependente é transferida, em forma de valor, para os países centrais. No caso do Brasil, a distribuição de valor agregado para o governo, em forma de impostos, estrangula a capacidade produtiva das empresas que não possuem a mesma acumulação de riqueza para distribuição e reinvestimento do lucro no empreendimento.

Considerações finais

Este estudo se propôs a analisar elementos empíricos da realidade brasileira à luz da abordagem da Teoria da Dependência, no contexto brasileiro, segundo os pensamentos de Ruy Mauro Marini. O tema dessa discussão versa o caráter de dependência ou de subordinação nas relações econômicas entre países formalmente autônomos, mas que forma um modo de produção que tem como condição necessária, para manutenção do capitalismo dos países periféricos o deslocamento da sua acumulação de riqueza para os países centrais. A base desse mecanismo é a superexploração do trabalho, ocorrida nesses países que, sob essa condição, sustentam o aumento da produtividade e da mais-valia relativa dos países centrais, em consequência da importação de produtos básicos e semimanufaturados a baixos preços. Esse capital fecha o seu ciclo ao retornar aos países periféricos em forma de produtos manufaturados e de alta tecnologia, a preços mais elevados.

Na comparação feita a partir da análise empírica desse estudo, evidencia-se que a superexploração, pela relação dos países analisados, continua a existir mesmo após passadas mais de três décadas dos escritos de Marini. A reduzida capacidade de consumo interno do país é evidenciada pela baixa distribuição de Valor Adicionado aos empregados, ou seja, baixos salários, tendo como comparação a mesma realidade do Reino Unido. Reforça-se aqui a relação estabelecida entre a superexploração do trabalho e a mais-valia decorrente do pagamento de um salário abaixo da sua força de trabalho.

A análise comparativa demonstra também a elevada distribuição da riqueza gerada pelas empresas brasileiras para o governo, em forma de impostos, o qual destina quase metade dos seus gastos na amortização dos juros da dívida pública, incluindo-se aí o pagamento da dívida externa. Esse cenário não corresponde à única forma de transferência de valor para o exterior, mas complementa as demais transferências, também apresentadas neste estudo, compostas pelos lucros dos sócios majoritariamente estrangeiros e pelas relações comerciais internacionais, com a transferência do valor da mais-valia para o exterior.

Ressalta-se, todavia, que o trabalho aqui apresentado é uma análise dessa realidade, a partir de um fato socioeconômico existente na relação entre Brasil e Reino

Unido. Não se pode, portanto, generalizar essas relações aos países da América-Latina, e ou tampouco afirmar que o Brasil se mostra dependente, considerando somente a realidade empírica aqui exposta.

Contudo, os indícios aqui apresentados fortalecem motivações para o desenvolvimento de estudos futuros, que realizem a expansão da análise envolvendo outros países da América Latina e África, que podem também configurar estruturas de relações de dependência com os países centrais.

Referências:

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Santa Catarina: Insular, Coleção Pátria Grande, v. 2, 2012.

BATISTA, Alexandre Teixeira Norberto. **Dimensões latentes da distribuição da riqueza: uma análise a partir da demonstração do valor adicionado**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

BOTTOMORE, Tom. **A Dictionary of Marxist Thought**. Oxford, England, 1983.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. Brasil - **Reino Unido Balança Comercial – novembro de 2016**. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDReinoUnido.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Tesouro Nacional, 2018. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União – dezembro de 2017**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **“(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho”**. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Arioaldo dos. “A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza”. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP, São Paulo, n. 37, p. 7–23, jan./abr. 2005. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000100001>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **A contribuição da demonstração do valor adicionado no processo de mensuração do PIB e em algumas análises macroeconômicas**. Tese de doutorado em Controladoria e Contabilidade – Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FRANK, André Gunder. **“¿Quién es el enemigo inmediato?”**. En: **Punto Final**. Santiago de Chile, n. 76, 11 de marzo de 1969, p. 24-25.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Accounting theory**. 5th ed. Illinois: Irwin, 1999.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São PAULO: Expressão Popular, 2018.

LUCIA CÁCERES, Verónica. “Subdesarrollo y colonialidad en America Latina ¿un debate olvidado?” **Revista Kairos**, v. 16, n. 30, nov. 2012, Disponível em: < <https://www.revistakairos.org/subdesarrollo-y-colonialidad-en-america-latina-un-debate-olvidado/>>. Acesso em 29 mar. 2019.

MANTEGA, Guido. "Teoria da Dependência revisitada – um balanço crítico". **Relatório de Pesquisa**. FGV n. 27 1997. Disponível em: < <https://pesquisa-eaesf.fgv.br/publicacoes/gvp/teoria-da-dependencia-revisitada-um-balanco-critico>>. Acesso em: 29 maio 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

_____. **Subdesarrollo y revolución**. 5. ed. México: Siglo XXI, 1974.

_____. **Memória - Ruy Mauro Marini Escritos**. Online [S.l.: s.n.], 19---. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html>. Acesso em: 29 mar. 2019

MARTINS, Carlos Eduardo. "O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI". **Revista Crítica Marxista**. v. 32 p. 127-146, 2011. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=%2043&numero_revista=32>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MARX, Karl. "O processo de produção do capital. 1867". In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. livro I.

MOREL, Marco. **O período das Regências, (1831 – 1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NASCIMENTO, Carlos Alves; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. "Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini". In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013. p. 99-123.

MORLEY, Michael Francis. "*The Value Added Statement in Britain*". *Accounting Review*, v. 54, n. 3, p. 618-629, July, 1979.

PONG, Chris; MITCHELL, Falconer; "*Accounting for a disappearance: a contribution to the history of the value added statement in the UK*". *Accounting Historians Journal*, v. 32, n. 2, p. 173-199, July, 2005.

SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Arioaldo dos. **Demonstração contábil do valor adicionado - DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas**. Tese de Livre Docência. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Lucas Trindade; PARANÁ, Edemilson. "Da dialética do desenvolvimento à dialética da dependência: o contínuo no descontínuo". **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, n. 47, jun/dez de 2017, p. 191-208. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2017v1n47.30925> Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/30925>>. Acesso em: 29 maio 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social – Uma abordagem socioeconômica da contabilidade**. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controladoria – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.